# As novas encruzilhadas da América Latina | Claudio Katz

24/04/2021

---

**A esquerda precisa de diagnósticos e programas, mas nenhum documento escrito resolverá os enigmas da experiência militante**

A situação regional é marcada pelo cenário traumático gerado pela pandemia. A América Latina tem sido um dos epicentros internacionais da infeção, com dois países com o maior número de mortes por milhão de habitantes. O perigo de enfrentar uma segunda vaga de Covid-19 com poucas vacinas começa agora a surgir.

O coronavírus espalhou-se num terreno fértil para a explosão dos contágios, entre setores empobrecidos e alojados em habitações sem água corrente. A sobrelotação tornou impossível satisfazer os requisitos mínimos do distanciamento social e verificaram-se cenários dantescos de venda de oxigénio, hospitais sobrelotados e falta de camas.

Este impacto foi mais devastador nos países afetados pelo desmantelamento dos sistemas públicos de saúde. No Peru, os testes foram totalmente ineficazes devido à ausência de cuidados primários para as pessoas infetadas. O país mais elogiado pelo neoliberalismo lidera a percentagem de vítimas fatais.

O negacionismo criminoso de Bolsonaro multiplicou o número de mortes no Brasil. O alucinado presidente andou pelas praias a fazer discursos contra o distanciamento social, enquanto os mortos por asfixia se acumulavam nas unidades de cuidados intensivos. Bolsonaro dificultou todas as medidas de ajuda e permitiu que a doença se disseminasse descontroladamente entre os estratos de rendimento mais baixos.

Este extremismo impiedoso coexistiu na região com a improvisação, em todos os países que subestimaram a doença e introduziram quarentenas tardias ou ineficazes. Na Argentina, as políticas de proteção impediram a saturação dos hospitais, as mortes nas ruas e os enterros em valas comuns. Mas o número de mortos aumentou quando as salvaguardas se esgotaram. A campanha de erosão que a direita conduziu minou todos os cuidados que o governo não soube como manter.

Cuba mostrou como evitar estas hesitações. Com uma estratégia solidária de organização territorial, garantiu a prevenção e conseguiu uma baixa taxa de mortalidade estável.

O grande desafio agora é acelerar a vacinação para assegurar uma diminuição da infeção. Mas a América Latina não tem tido acesso às tão desejadas vacinas. No início da operação internacional contra a Covid-19, três quartos das vacinas foram administrados em 10 países avançados. Em 130 países com 2,5 mil milhões de pessoas, ainda não foram administradas quaisquer doses, e a América do Sul recebeu apenas 5% das vacinas distribuídas em todo o mundo.

## Degradação em todas as áreas

O impacto económico e social da pandemia tem sido tão grave quanto o seu efeito sobre a saúde. Aprofundou a desigualdade e afetou gravemente os 50% da força de trabalho que sobrevive no setor informal, que se viram forçados a aumentar as suas dívidas familiares para contrariar a queda brutal dos rendimentos.

A desigualdade digital também aumentou, com consequências terríveis para os excluídos dos serviços básicos de comunicação. Apenas 4 em cada 10 lares da região possuem banda larga fixa. Esta lacuna impediu

o ensino à distância de funcionar e levou a um ano escolar perdido para metade das crianças e 19% dos adolescentes. [1]

A pandemia também precipitou um colapso económico brutal. A contração estimada do PIB no ano passado variou entre 7,7% e 9,1%. A América Latina sofreu a maior contração global em termos de horas de trabalho. Esta queda foi o dobro da média internacional, acompanhada por uma diminuição dos rendimentos da mesma dimensão [2].

Dado a região ter vindo a passar por um período de estagnação de cinco anos, o coronavírus acentuou um enorme declínio económico. As previsões de há poucos meses apontavam para o desaparecimento de 2,7 milhões de empresas, a perda de 34 milhões de empregos e a incorporação de 45,4 milhões de novas pessoas pobres no universo dos desprotegidos. [3]

Para piorar a situação, os sinais de recuperação são fracos. A previsão de crescimento na região para 2021 (3,6%) é muito mais baixa do que a média mundial (5,2%). Se esta estimativa se confirmar, o PIB da América Latina não voltará ao seu nível pré-pandémico antes de 2024. Estes números decepcionantes dependerão, por sua vez, do fornecimento de vacinas e da continuidade de uma recuperação económica sem influência de novas estirpes de coronavírus.

Uma recuperação mais rápida terá de enfrentar o esgotamento das reservas fiscais e monetárias após um ano de grandes ajudas governamentais. É também pouco credível o reinício de um ciclo de endividamento massivo. O Fundo Monetário Internacional (FMI) continua a fazer discursos hipócritas de ajuda, mas na realidade limitou-se a implementar um alívio irrisório da dívida de alguns países ultra-empobrecidos. Repete a atitude que assumiu na crise de 2008-10, elogiando a regulação durante a tempestade e afinando as suas exigências tradicionais de ajustamento.

O coronavírus também não sensibilizou as empresas transnacionais que se dispensaram de qualquer dissimulação humanitária, continuaram a exigir pagamentos e a distribuir lucros. Os governos latino-americanos que assinaram tratados internacionais de “proteção do investimento” enfrentaram novas exigências de enormes somas durante a tragédia sanitária [4].

Assim, a Covid-19 agravou todos os desequilíbrios provocados por décadas de neoliberalismo, aposta no setor primário e endividamento, bem como acentuou a asfixia financeira, o desequilíbrio comercial, a diminuição da produção e a contração do poder de compra. Estas restrições só começarão a ser resolvidas com outro modelo e outra política.

## Crise nas lideranças conservadoras

A pandemia tem sido utilizada pelos governos de direita para militarizar as suas administrações. Na Colômbia, Peru, Chile e Equador, foram instaurados estados de exceção com um protagonismo crescente das forças armadas. A repressão incluiu formas virulentas de violência estatal. O assassinato de uma jovem malabarista por *carabineros* no Chile e o massacre de jovens raparigas no Paraguai são exemplos recentes desta barbárie. Todas as semanas se ouve o nome de algum militante social colombiano morto pelas forças paramilitares.

Os governos da restauração conservadora estão determinados em estabelecer regimes autoritários. Não promovem as tiranias militares explícitas dos anos 70, mas sim formas disfarçadas de ditadura civil. Esta nova espécie do golpismo institucional tem um elevado nível de coordenação regional.

Na direita, a divisão entre correntes extremistas e moderadas persiste, mas ambos os grupos unem forças nos momentos decisivos e promovem uma estratégia comum de proscrição dos principais líderes do progressismo.

A direita utiliza os dispositivos do *lawfare* para desqualificar os adversários e capturar os governos. Obstruiu as candidaturas de Rafael Correa no Equador e Evo Morales na Bolívia alargando a outros países o modo de atuação utilizado para o afastamento de Lula no Brasil, e coordenou golpes parlamentares, judiciais e mediáticos para afastar os adversários, em operações que tentaram invalidar o mandato de AMLO no México ou de Cristina Kirchner na Argentina [5].

A fraude funciona como um complemento a esta proscrição. Está a ser utilizada na América Central, falhou na Bolívia e foi imaginada no Chile para manipular a Constituição. Com mecanismos equivalentes, numerosas mudanças foram consumadas no Peru face a cada colapso do sistema político.

Estas operações de constrangimento do progressismo têm o apoio explícito das forças armadas. Na Bolívia o golpe militar voltou a acontecer e no Brasil ficou a conhecer-se os detalhes da insurreição que a liderança militar estava a preparar, caso Lula participasse na corrida presidencial.

No Brasil verificou-se também a participação da classe judicial e dos meios de comunicação hegemónicos no golpe. O comportamento do juiz Sérgio Moro foi tão descarado como as mentiras espalhadas pela rede Globo. Os principais meios de comunicação assumiram uma importância sem precedentes na definição da agenda das classes dominantes em toda a região.

A embaixada dos Estados Unidos também mantém a sua tradicional importância na arquitetura das conspirações. Os EUA apoiaram diretamente o golpe na Bolívia e estão atualmente a intervir no Equador para colocar o seu candidato na presidência.

Para além disto a direita também ressuscitou os discursos primitivos e campanhas delirantes contra o comunismo, por exemplo alertando contra conspirações fantasiosas chinesas e denunciando ocultos objetivos socialistas em figuras bem conhecidas do *establishment*.

A ideologia conservadora conta com o importante apoio das igrejas evangélicas que se expandiram lutando contra as variantes contestatárias do cristianismo (por exemplo, a teologia da libertação). Entrincheiraram-se em campanhas contra o aborto, incorporando todos os mitos do neoliberalismo. Patrocinam presidentes, ministros e deputados e conquistaram uma enorme influência ao substituírem o Estado na ajuda aos mais desprotegidos [6].

Mas o projeto conservador de regresso ao poder que sucedeu ao ciclo progressista encontra-se afetado pela erosão de que sofrem as suas principais figuras. Sebastián Piñera governa quase sozinho, Jeanine Añez tenta escapar aos tribunais, Álvaro Uribe passou várias semanas em prisão domiciliária e Lenin Moreno está a fazer as malas. Infortúnio semelhante é vivido por Juan Guaidó – que ficou sem cúmplices – ou Mauricio Macri que fantasia em solidão sobre um regresso improvável.

As derrotas sofridas pela direita na última ronda de eleições (Argentina, México, Brasil, Chile, Bolívia) confirmam o seu momento difícil. No Equador, Guillermo Lasso perdeu recentemente metade dos votos recolhidos na eleição anterior.

Mas esta crise da direita não é sinónimo de declínio do neoliberalismo, modelo que persiste com experiências mais devastadoras. Os seus gestores estão a promover a “doutrina do choque” para implementar, no período pós-pandémico, novas políticas de privatização, liberalização do comércio e desregulamentação laboral. A experiência de 2009 confirma que o neoliberalismo não desaparecerá pela mera presença da crise ou pela crescente regulação do Estado. O seu afastamento exige uma mobilização popular.

A curto prazo, a continuidade da onda conservadora de regresso ao poder está sujeita ao destino das suas duas figuras principais. Na Colômbia, Iván Duque encontra-se num conflito com Álvaro Uribe que tem minado a homogeneidade do bloco de direita, tudo isto num contexto de ressurgimento da luta social e de consolidação da figura alternativa de Gustavo Petro.

No Brasil, o destino de Bolsonaro suscita previsões muito diferentes. Alguns analistas sublinham que continua a comandar o sistema político, salientando que mantém o controlo do Congresso e utiliza novas medidas assistencialistas nas políticas sociais para seduzir, com maior despesa pública, os eleitores desfavorecidos. Em sentido contrário, uma outra corrente de analistas realça a derrota esmagadora dos candidatos de ultradireita nas recentes eleições estaduais, salientando a indignação predominante quanto à gestão da pandemia e afirmando que o *establishment* está já a preparar uma substituição de centro-direita. Em qualquer caso, o nível de intervenção popular será determinante para o que acontecer no futuro.

## Continuidades e eventuais mudanças com Biden

A derrota de Trump introduz um grau de dificuldade acrescida à direita da região, tendo as figuras retrógradas (Mike Pompeo, Elliott Abrams) que geriram as últimas conspirações na América Latina abandonado o Departamento de Estado norte-americano.

Bolsonaro ficou sem referência, Álvaro Duque tenta construir novas redes de apoio e o Grupo de Lima encontra-se à deriva. Já não será fácil repetir o desprezo imperial pela região, com provocações contra imigrantes ou desrespeito pelos compromissos na gestão de organizações multilaterais (BID).

Por outro lado, o assalto ao Capitólio, instigado por Trump, também afeta a direita latino-americana, pois pulverizou os argumentos utilizados por Washington para intervir na região e minou a autoridade do Departamento de Estado dos EUA para manter o *lawfare*. Além disso, o escandaloso processo eleitoral nos Estados Unidos também dificulta a contestação de eleições em países hostilizados. A crítica da OEA às eleições na Venezuela contrasta agora com o silêncio face à ocupação fascista do Congresso dos EUA.

Biden tentará ultrapassar estes obstáculos através de uma política de dominação com bons modos. Procurará enterrar a má educação e o desrespeito do seu antecessor, a fim de reatar alianças com o *establishment* latino-americano. Os seus antecedentes não deixam quaisquer dúvidas sobre a sua política externa: apoiou Margaret Thatcher na Guerra das Malvinas, apoiou os crimes do Plano Colômbia e ocultou as operações da DEA na América Central.

Durante a campanha eleitoral, Biden utilizou os mesmos slogans que Trump para seduzir os reacionários de Miami, tendo já afirmado que reconhecerá a presidência fantasma de Juan Guaidó na Venezuela e não se pronunciando sobre quando revogará a classificação de Cuba como um Estado terrorista.

Biden irá procurar artifícios para reduzir a presença da China na América Latina. Procurará encontrar parceiros regionais para as multinacionais norte-americanas que estão a deslocar fábricas da Ásia para locais próximos do mercado norte-americano. Tentará também formas de coordenação hemisférica para os novos negócios e empresas que a digitalização do trabalho faz prever.

O mito de que os Estados Unidos não estão interessados na América Latina foi desmentido pela própria administração de Trump, que promoveu 180 cimeiras empresariais e 160 acordos e trocas comerciais com grandes grupos capitalistas da região. Tanto os Republicanos como os Democratas aspiram a retomar o domínio de Washington sobre o continente, como um prelúdio para a desejada reconquista da primazia mundial. Esse objetivo exige, antes de mais, que se contenha a presença esmagadora da China na região.

Mas Biden está condicionado pelo fracasso do seu antecessor nesse objetivo. O gigante asiático consolidou os seus investimentos e exportações em todos os países, sem que os Estados Unidos conseguissem impedir essa avalanche. Até mesmo Bolsonaro – que inicialmente insinuou pretender um arrefecimento das relações com a nova potência – teve de recuar, sob pressão dos exportadores brasileiros.

Nem mesmo a assinatura do novo acordo de comércio livre com o México (T-MEC) enfraqueceu a presença chinesa. As empresas asiáticas continuam a fazer negócios na América Central e o lítio é a nova atividade em disputa na Bolívia, Chile e Argentina, constituindo um teste para ver se Biden consegue inverter as dificuldades atuais das empresas americanas. Mas a verdade é que todos os acordos que Washington prevê

fazer dependerão do contexto político predominante.

## Desafios da rua

A principal ameaça que o ressurgimento conservador enfrenta é a renovada onda de mobilizações populares. A vitória esmagadora do MAS na Bolívia foi um resultado direto dessa mobilização, pois os enormes protestos que aí ocorreram tiveram correspondência nos resultados eleitorais.

O exército não se atreveu a reprimir os enormes bloqueios de estradas que impuseram a realização de eleições e impediram a consumação de um novo golpe. A ditadura foi engolida pela sua própria gestão desastrosa da pandemia e pelo festival de corrupção que enfureceu a classe média.

O MAS mostrou uma vez mais uma grande capacidade de articular a ação direta com a intervenção eleitoral e, no clima de euforia que rodeou o regresso de Evo Morales ao país, uma nova geração de líderes acede agora à ação governativa.

Também no Chile a vitória alcançada no referendo sobre a Constituição foi o resultado de mobilizações contínuas. A pandemia não dissuadiu a presença de uma nova geração de militantes nas ruas, colocando o corpo em frente de polícias que dispararam em direção aos olhos e atiraram manifestantes para o rio, com dezenas de mortos e centenas de mutilados como resultado.

O Chile prepara-se agora para enterrar o legado do pinochetismo e pode coroar a longa luta iniciada pelos pinguins (2006), continuada pelos estudantes (2011) e consolidada por diferentes sectores da população (2019-2020). Está agora aberto o caminho para avançar em direção a uma Assembleia Constituinte soberana e democrática, que enterre o nefasto regime de desigualdade, educação privada e endividamento familiar.

No Peru, a recente explosão da luta nas ruas foi mais surpreendente e espontânea. Canalizou o descontentamento popular acumulado contra o regime que desde 1992 tem assegurado a continuidade do neoliberalismo através da rotatividade de presidentes destituídos pelo Congresso.

Os jovens, convocados através das redes sociais, protagonizaram uma revolta contra os fujimoristas, liberais e apristas que disputaram entre si o bolo da corrupção. Essa ganância desenvergonhada levou cinco presidentes à prisão e um ao suicídio.

Durante vários dias o Peru viveu um cenário semelhante ao de 2001 na Argentina. A queda de um presidente mentiroso foi precipitada pelo assassinato de dois estudantes e abriram-se vias para lutar por uma Assembleia Constituinte.

No Equador confirmou-se o protagonismo de diversos sujeitos populares nas revoltas. O movimento indígena teve uma intervenção notável na revolta que pôs Lenin Moreno de joelhos (em outubro de 2019), tendo primeiro liderado a resistência local contra o aumento do combustível e depois comandado a marcha sobre a capital que impôs a anulação da subida dos preços.

Essa vitória fez lembrar o antecedente de três presidentes derrubados pela intervenção do movimento indígena (1997, 2000 e 2005). Na última insurreição, o movimento indígena impôs a revogação de um decreto redigido pelo FMI, depois de ocupar as suas instalações. Os sucessos alcançados nas barricadas foram encarnados num evento político que sintetizou as principais exigências das organizações populares.

A mesma tendência para os protestos de rua tem também sido observada na Guatemala, nos grandes protestos contra os cortes nas prestações sociais no orçamento do Estado. Estas exigências tornaram-se centrais num país dilacerado pelo terrorismo de Estado.

No Haiti, outra batalha incansável tem vindo a desenrolar-se desde 2018. Mobilizações massivas reuniram um quinto da população exigindo a demissão imediata do governo. O Presidente Moisé estabeleceu um *regime de facto* ao prorrogar a vigência do seu mandato. Suspendeu o Parlamento, ignorou o poder judicial e

é apoiado pelos militares estrangeiros que ocupam o país.

Para além disto, encorajou um banditismo criminoso a aterrorizar os adversários e a esmagar a luta de rua. Os Estados Unidos, a França e o Canadá têm atuado com arrogância colonial para manter o seu fantoche numa crise que não é eterna, nem insolúvel, mas sim a consequência de repetidas intervenções imperialistas num país devastado pela classe dominante.

Assim, em diferentes cantos do hemisfério verifica-se a mesma tendência para o reinício das revoltas que convulsionaram a América Latina no início do milénio. A direita não encontra instrumentos para enfrentar este desafio.

## Progressismo moderado

A última vaga de eleições presidenciais não resolveu a questão do predomínio da restauração conservadora ou dos governos de centro-esquerda. Houve vitórias de direita no Uruguai e em El Salvador e vitórias de sinal contrário no México e na Argentina. Na Bolívia venceu a esquerda e está próximo um desenlace no Equador.

Durante o corrente ano os governos do Peru, Chile, Nicarágua e Honduras estarão em jogo e serão realizadas eleições legislativas em El Salvador, México e Argentina. Os resultados esclarecerão quais são as possibilidades de um reinício do ciclo progressista. O *establishment* vai expressando sérias preocupações sobre esta possibilidade e a consequente reabilitação do eixo geopolítico forjado na última década em torno da UNASUR [7].

Mas a moderação é a característica predominante das novas figuras do progressismo. Essa impressão é muito notória em Alberto Fernández, López Obrador, Luis Alberto Arce e Andrés Arauz e é verificada nos dois governos representativos da nova tendência: Argentina e México.

O presidente do primeiro país esperava inverter o desolador legado de Mauricio Macri com ligeiras melhorias compatíveis com os privilégios dos poderosos. No entanto, enfrentou o infortúnio do coronavírus num contexto de agressão furiosa da direita e optou pela hesitação e indefinição.

A oposição conservadora travou o projeto de Alberto Fernández de nacionalização de uma grande empresa em falência e forçou-o a fazer cedências ao setor financeiro através de pressão das taxas de câmbio. Para além disso, Fernández também violou a sua promessa eleitoral com uma fórmula de ajustamento das pensões que reduz o impacto da inflação. Mas, em sentido contrário, o presidente resistiu a pedidos de desvalorização monetária e introduziu um imposto sobre grandes fortunas que lança as bases para uma reforma fiscal progressiva.

O governo argentino não está a implementar o ajustamento exigido pelos mais ricos, nem a redistribuição exigida pelos sectores populares. Está a tentar seguir um caminho intermédio, no qual, por um lado, efetuou despejos de famílias sem abrigo e, por outro lado, facilitou a aprovação do aborto. Na política externa, condena e apoia (dependendo da ocasião) o governo venezuelano e distancia-se da OEA, ao mesmo tempo que reforça os laços com Israel.

Alberto Fernández situa-se no quadrante moderado do progressismo, sem definir que tipo de peronismo irá prevalecer na sua administração. Ao longo de 70 anos, o justicialismo argentino incluiu múltiplas e contraditórias variantes de nacionalismo, caracterizadas por exemplo por reformas sociais, virulência de direita, alterações neoliberais ou rumos reformistas.

O perfil atual será marcado pela reação do governo a uma oposição que procurou instalar o caos a fim de judicializar (e paralisar) o sistema político. O nível de mobilizações populares também influenciará o rumo do governo.

O México é o segundo exemplo deste tipo de progressismo tardio. AMLO apareceu após um duro confronto entre as elites do PRI e do PAN, que durante várias décadas foram apoiadas pelos principais grupos económicos. AMLO aproveitou a divisão dessas elites – e a impossibilidade de repetir os tradicionais mecanismos de fraude – para chegar à presidência.

López Obrador apresenta como realizações positivas algumas iniciativas democratizantes na investigação do massacre de *Ayotzinapa* (os 43 estudantes assassinados por narco-criminosos), a suspensão da construção de aeroportos polémicos e o cancelamento de uma reforma que promovia a privatização do ensino público. A sua estratégia de grandes obras de infraestruturas, para recuperar a soberania energética minada pela importação de gasolina dos Estados Unidos, é igualmente um elemento de realçar.

Mas, de facto, prevaleceram as decisões regressivas para reforçar o acordo comercial assinado com Trump (T-MEC), manter o contestado projeto do *Comboio Maia* e aceitar a intervenção ativa do exército para parar o fluxo de migrantes para o Norte. Esse envolvimento militar incluiu a criação de uma nova Guarda Nacional para lidar com o flagelo da violência. Embora tenha conseguido diminuir a taxa de homicídios, o México continua a ser dominado por uma violência criminosa que ceifou as vidas de 260.000 pessoas [8].

López Obrador partilha a ambivalência da política externa argentina. Distanciou-se do Grupo de Lima, reconheceu a soberania da Venezuela e recebeu médicos cubanos que lutam contra a Covid-19. Mas ao mesmo tempo fez uma visita entusiástica a Trump para ratificar o acordo de comércio livre.

A administração de AMLO representa bem a tibieza que marca a segunda vaga do progressismo. A sua timidez para implementar transformações com alguma importância supera a do seu colega na Argentina. Embora seja apropriado colocá-lo no universo do progressismo, AMLO está bastante longe do cardenismo e num contexto marcado pelo enfraquecimento da classe trabalhadora e pelo distanciamento do legado anti-imperialista.

## Progressismo radical

Há dois governos na região que vêm de tendências radicais distintas do progressismo convencional. Evo Morales e Hugo Chávez construíram modelos convergentes, mas ao mesmo tempo distantes de Kirchner ou Lula. Em que medida é que os seus sucessores Luis Alberto Arce e Nicolás Maduro mantêm essa dinâmica?

Na Bolívia a questão começará a ser respondida quando as novas lideranças dentro do MAS se tornarem mais claras. Na estreia de Luís Alberto Arce, as iniciativas *anti-Lawfare* têm sido marcantes. Já começaram os julgamentos contra os responsáveis pelos massacres perpetrados pelos golpistas, mas ainda não se sabe se haverá uma purga efetiva no exército.

A principal dúvida situa-se na política económica: será o governo capaz de retomar as conquistas da administração anterior? Durante a presidência de Evo Morales foi implementado um modelo de expansão produtiva com redistribuição de rendimentos, o que colocou o país com um crescimento recorde e com melhorias sociais. O segredo destes resultados foi a nacionalização dos recursos naturais, num quadro de estabilidade macroeconómica e de coexistência com os sectores privado e informal.

A gestão direta pelo Estado de empresas estratégicas foi decisiva para a captura dos rendimentos gerados pelos sectores altamente rentáveis. O Estado absorveu e reciclou 80% deste excedente e tornou obrigatório que os bancos direcionassem 60% dos seus investimentos para atividades produtivas.

Com esta regulamentação conseguiu-se a “desdolarização”, o aumento do consumo e uma multiplicação do investimento. A pobreza extrema diminuiu de 38,2% (2005) para 15,2% (2018) e o PIB per capita aumentou de 1037 dólares para 3390 dólares. Os rendimentos das classes médias aumentaram juntamente com a expansão do poder de compra, devido a um programa baseado na nacionalização do petróleo [9].

Resta saber se este modelo recuperará vitalidade no novo contexto internacional e se o grande fardo do subdesenvolvimento que caracteriza a Bolívia facilitará esta expansão. As primeiras medidas do governo incluíram um imposto anual sobre grandes fortunas, bem como projetos para tornar efetiva a industrialização local do lítio através de acordos com empresas estrangeiras. Os golpistas tinham interrompido esse plano a fim de consumar o simples saque dos recursos naturais. Mas o rumo global que Luís Alberto Arce irá tomar ainda não parece estar definido.

## Luzes e Sombras

Tal como na Bolívia, a direita sofreu uma derrota importante na Venezuela. Os golpistas, que durante um ano mantiveram o governo da Bolívia, não conseguiram quebrar o chavismo em momento algum. O processo bolivariano derrotou todas as conspirações geradas por Washington.

As diferenças entre estas duas experiências são numerosas. Na Venezuela, a classe dominante rejeitou todas as tentativas de conciliação ou de coordenação mínima com o governo, tendo sabotado todas as suas iniciativas, seguindo o guião de hostilidade concebido pela embaixada dos EUA.

Este clima de agressão permanente impediu o surgimento de um modelo económico semelhante ao que foi construído na Bolívia. Os EUA toleraram a autonomia daquele pequeno país, mas não aceitaram a perda da principal reserva de petróleo do hemisfério. É por isso que não cessam de se lançar contra a Venezuela.

Este carácter estratégico do confronto imperial com o chavismo reforça a derrota sofrida pelos *esquálidos*. O apoio de Washington a Juan Guaidó está a afundar-se e a última tentativa de golpe ensaiada com a fuga de Leopoldo López desvaneceu-se no esquecimento. As operações de provocação militar continuam com novos reagrupamentos de paramilitares na fronteira com a Colômbia, mas os *complots* perderam eficácia. O fracasso vergonhoso do desembarque de mercenários ianques foi um duro golpe para os conspiradores.

Para além disto, a direita também não conseguiu impedir as eleições de dezembro passado. A farsa das eleições paralelas foi inconsequente e uma parte da oposição concorreu às eleições oficiais. Com a maioria do partido no poder na nova Assembleia Nacional, o chavismo recuperou a instituição sequestrada durante vários anos pelos golpistas.

O fantoche Juan Guaidó mantém o reconhecimento dos EUA, mas encontra-se na defensiva e está manchado por inúmeros escândalos de corrupção. Perdeu capacidade de mobilização e enfrenta as críticas do seu próprio grupo.

Mas o chavismo também se confronta com sérios problemas. Ganhou as últimas eleições com uma elevada percentagem de abstenção. A afluência às urnas de 32% não foi a mais baixa da época bolivariana, nem chegou aos níveis mínimos habituais em muitos países. Mas esta baixa afluência às urnas ilustra o cansaço que impera na população. A perda de um milhão de votos pelo partido no poder verificou-se num cenário de dificuldades dramáticas.

A crise económica é enorme. O produto interno bruto desceu 70% desde 2013 sob o chocante flagelo da estagflação. O assédio orquestrado pelo imperialismo e os seus parceiros locais provocou um colapso brutal.

O país suportou a escassez programada e seletiva de bens essenciais, juntamente com uma sabotagem sistemática do financiamento da companhia petrolífera estatal (PDVSA), impedida de refinanciar dívidas ou adquirir peças sobressalentes para a continuidade da produção. A extração de petróleo bruto caiu para um nível sem precedentes e as reservas internacionais diminuíram de 20 mil milhões de dólares (2013) para 6 mil milhões de dólares (2020). A depreciação da moeda perdeu qualquer parâmetro possível face a taxas de hiperinflação alucinantes [10].

O óbvio determinante externo deste caos económico não explica tudo o que aconteceu. O governo também tem sido responsável pela improvisação, impotência ou cumplicidade. Tolerou passivamente um colapso

produtivo que contrastou com o enriquecimento da *boliborguesia*. Permitiu a descapitalização gerada pela fuga de capitais, o que implicou um salto brutal na saída de fundos de 49.000 (2003) para 500.000 milhões de dólares (2016).

Os apoiantes do regime ignoraram todas as propostas do chavismo crítico para introduzir controlos sobre os bancos, modificar a afetação de moeda estrangeira ao sector privado, encorajar a produção local de alimentos e envolver a população no controlo dos preços. Também não se penalizaram seriamente os corruptos que sobrefaturam as importações, transferem divisas para o estrangeiro e lucram com a especulação monetária. A auditoria da dívida – para esclarecer os pagamentos de juros a credores do império – foi ignorada [11].

Recentemente o alívio introduzido pelo uso de dólares para recuperar o consumo foi interrompido pela pandemia. A decisão posterior de implementar uma lei antibloqueio (de modo a contornar a asfixia externa com incentivos para o capital privado) tem sido fortemente criticada por economistas de esquerda, pois dificulta o controlo cambial e fomenta as privatizações. As razões políticas – que impediram o chavismo de forjar um modelo económico semelhante ao da Bolívia – continuam a influenciar o país.

Ultimamente têm existido cada vez mais críticas de setores radicais do chavismo quanto à intolerância do presidente Nicolás Maduro em relação aos críticos de esquerda. Alguns consideram que se está a enfraquecer as estruturas de base para facilitar os negócios de grupos ricos. Propõem uma mudança de rumo imediata e um projeto de reconstrução da economia baseado nas comunas e na participação popular [12].

## Um sucesso exemplar

Cuba continua o principal aliado do chavismo e mantém o seu papel de referência do bloco radical. Ao contrário da Bolívia e Venezuela, conseguiu consumar um projeto revolucionário, que tem sido mantido ao longo de várias décadas de adversidade, isolamento e complots. A continuidade do processo socialista na ilha é uma enorme proeza que tem contribuído para a continuidade da esquerda latino-americana. Mas o último projeto de criação de um quadro regional radical em torno do ALBA foi severamente afetado pela crise na Venezuela e pelas reviravoltas na Bolívia.

Apesar das dificuldades geradas pelo bloqueio e pelas agressões económicas de Trump, Cuba conseguiu sustentar uma economia assolada pelo colapso do turismo e pela escassez de moeda estrangeira.

A gestão das divergências políticas sem prejudicar a continuidade do regime contribuiu para a coesão da população. Recentemente, o aparecimento de expressões de dissidência entre setores das artes (Movimento San Isidro) foi amplamente divulgado internacionalmente. Este facto confirma que Cuba não vive isolada do mundo exterior e que as diferentes correntes do neoliberalismo, da social-democracia e da esquerda fazem ouvir as suas vozes através de diferentes canais. Este nível de reflexão e debate excede provavelmente a média latino-americana em termos de intensidade e participação.

Neste cenário difícil, a gestão da pandemia e os avanços da vacina Soberana II têm sido particularmente importantes. Uma vez concluídos os ensaios clínicos, existem já previsões para o seu fabrico e vacinação da população (e dos visitantes da ilha). Seria o primeiro país da América Latina a produzir a vacina contra a Covid-19, confirmando a capacidade de imunização desenvolvida contra o meningococo. Estes sucessos coroam uma longa experiência de trabalho num país que tem o maior número de médicos por habitante na América Latina.

Mas o papel das missões de equipas de saúde cubanas em diferentes lugares do mundo também tem sido muito importante. Para além dos 30.000 trabalhadores de saúde que já prestavam serviço em 61 países antes da pandemia, foram acrescentadas 46 brigadas internacionais para combater a infeção. Este “exército de casacos brancos” foi nomeado por muitas personalidades para o próximo Prémio Nobel da Paz[13].

## A esquerda perante o PT e o peronismo

Como fazer avançar projetos de emancipação e igualdade num cenário político dominado pela oposição entre o progressismo e a direita? Esta questão está no centro dos debates entre as correntes reformista, autonomista e ortodoxa da esquerda latino-americana.

A corrente reformista promove estratégias semelhantes à socialdemocracia tradicional. Partilha a reivindicação de objetivos humanistas, não referindo a inviabilidade dessas metas no atual regime social. Na mesma linha, divulga propostas para modelos de capitalismo regulado, inclusivo e pós-liberal. Apela a iniciativas de desenvolvimento concertadas com os grandes bancos e empresas transnacionais, sem avaliar os fracassos anteriores dessas tentativas.

As tendências reformistas adequam a sua intervenção ao quadro institucional vigente, desvalorizando a oposição das castas militar, judicial e mediática a qualquer transformação popular significativa. Tendem a desvalorizar a influência do golpismo e, em vez de enfrentarem a direita, exploram formas de cooperação que encorajam o inimigo e desmoralizam os seus aliados.

O PT do Brasil é o principal expoente desta visão errada que afetou gravemente a sua passagem pelo governo. Os progressos feitos durante o governo do PT não foram suficientes para conter a desilusão popular e a ascensão de Bolsonaro. O desencanto começou com Lula e generalizou-se com Dilma, após vários anos de manutenção dos benefícios da elite capitalista. O PT preservou a velha estrutura de privilégios da partidocracia e aceitou o primado constante dos meios de comunicação hegemónicos.

Devido a esta manutenção do *status quo*, o PT começou por perder o apoio da classe média e depois o apoio dos trabalhadores. Esta erosão foi manifesta durante os protestos de 2013, quando a direita começou a impor o seu controlo da rua. A direita triunfou nessa esfera antes de vencer nas urnas, confirmando que as relações de força se definem no terreno e se projetam, posteriormente, no plano eleitoral.

As correntes reformistas tendem a omitir esta avaliação e apresentam o PT como uma simples vítima dos artifícios de direita. Não reconhecem que tenha abandonado o empoderamento popular e apostado num apoio passivo à população baseado na melhoria do consumo. Quando a retoma económica se esgotou, a direita tinha o caminho aberto para apoderar-se do governo.

Mas esta trajetória não define o futuro. O PT poderá recuperar a centralidade na batalha contra Bolsonaro, ou diluir-se numa frente hegemonizada pelos seus rivais ou ser ultrapassado por uma frente de esquerda. Estas três possibilidades dependerão da intensidade da resistência social e do papel que Lula venha a assumir (ou consiga impor). As derrotas populares acumuladas durante 2016-2018 influenciam um partido que já não é visto como o ponto de referência inevitável para a militância[14].

As opiniões otimistas realçam o aparecimento de duas novas figuras com grandes raízes entre a juventude e os movimentos sociais (Guilherme Boulos e Manuela D'Ávila). Ganharam um protagonismo sem precedentes, baseado na aliança que dois partidos da esquerda (o PSOL e o PCdoB) fizeram com o PT. As opiniões pessimistas desvalorizam esta evolução e salientam o recuo face à direita, num contexto de fracas mobilizações de rua.

Em qualquer caso, o avanço da esquerda exige um equilíbrio entre as críticas e a convergência com o PT. Por um lado, é essencial discutir os erros cometidos por aquele partido, para lembrar que Bolsonaro não foi o resultado de desgraças históricas inevitáveis ancoradas no paternalismo e na escravatura. Por outro lado, é necessário reconhecer a influência do PT e a possibilidade comprovada de construir um projeto de esquerda mantendo as pontes com o PT [15].

Os desafios para a esquerda no outro país que alberga uma variante importante de reformismo são mais complexos. Na Argentina, o kirchnerismo encontra-se de novo no governo e, ao contrário do que acontece no Brasil, a oposição de direita está marcada pela herança de Mauricio Macri e não conseguiu consolidar a base social que acompanha Bolsonaro. Além do mais, Cristina Kirchner deixou um passado de conquistas e não uma herança de desilusão e o kirchnerismo recompôs as suas bases com outros tipos de alianças e

modalidades de gestão.

O peronismo, uma vez mais, reciclou-se a si próprio face ao enorme fracasso dos seus adversários liberais e acrescentou uma parte dos movimentos sociais à sua hegemonia tradicional no sindicalismo. As previsões da extinção do justicialismo não se confirmaram, nem as expectativas de o transformar numa força radicalizada. O peronismo mantém na sua estrutura as franjas conservadoras que periodicamente recuperam a liderança dessa força.

A natureza variável deste movimento e as suas facetas de progressismo e reação reapareceram, sob um governo que oscila entre atropelos e melhorias. Compreender esta plasticidade da principal força na Argentina é um requisito indispensável para o crescimento da esquerda. Se esta dualidade for ignorada, seja por uma simples aprovação ou por um sectarismo míope, será impossível construir um projeto radicalizado.

É tão errado aceitar o discurso oficial – justificar o despejo de Guernica ou o corte nas pensões – como desvalorizar a concretização do imposto sobre grandes fortunas. O avanço da esquerda passa por levantar a voz contra os erros do governo e reconhecer as melhorias que este introduz.

## Dilemas do autonomismo

O autonomismo emergiu com grande entusiasmo na última década defendendo a luta dos movimentos sociais. Sublinhou o alcance anti-sistémico dos protestos populares e opôs-se aos projetos baseados em qualquer estratégia de conquista do poder do Estado. Deste ponto de vista, equiparou governos progressistas aos seus homólogos de direita e considerou-os como duas variantes da mesma dominação pelos poderosos.

Também promoveu uma crítica feroz ao chavismo, usando argumentos semelhantes aos da socialdemocracia. Questionou a violação das regras de funcionamento democrático na Venezuela, ignorando a perseguição dos EUA, e colocou o regime daquele país no mesmo nível dos governos servis do imperialismo. Esta atitude induziu-o a adotar posições confusas face ao golpe na Bolívia, que equiparavam Evo Morales aos golpistas e evitavam a solidariedade ativa com as vítimas do golpe.

A experiência de todo este período demonstrou a ineficácia de qualquer estratégia de transformação social que renuncie à gestão do Estado. Este instrumento é indispensável para alcançar melhorias sociais, expandir o raio de exercício da democracia e permitir o protagonismo popular num longo processo de erradicação do capitalismo. A intervenção em eleições constitui um momento relevante nesta batalha.

A tradicional posição autonomista de contestar as eleições foi substituída nos últimos anos por opiniões que aceitam a participação nelas. Mas a forma como esta participação é promovida é tão controversa como a promoção do anterior abstencionismo. Os dilemas em curso no Equador exemplificam estes problemas.

A grande novidade destas eleições no Equador foi o surpreendente resultado obtido pelo indigenismo, que conseguiu colocar o seu candidato Pachakutik – Yaku Pérez – a um passo de uma segunda volta com o candidato pró-Correa Andrés Arauz. Mas se se confirmar que a segunda volta será realizada com Guillermo Lasso, de direita, o movimento mais combativo do país enfrenta um grave dilema: terá de decidir qual a sua posição na segunda volta. Essa definição só pode ser adiada enquanto a impugnação de um conjunto de boletins de voto é resolvida.

Yaku Pérez por diversas vezes adotou posições favoráveis a Guillermo Lasso. Apoiou-o explicitamente nas eleições de 2017, afirmando que era “preferível um banqueiro a um ditador”. Convidou-o também a formar uma frente na primeira recontagem de votos realizada sob a égide da OEA.

Esta posição é uma consequência do enorme conflito que manteve com o governo de Rafael Correa, que estava determinado a expandir a extração mineira. Esse confronto incluiu 400 processos judiciais contra líderes do movimento indígena e gerou uma ferida tão profunda que Pérez caracteriza a “revolução cidadã” nos mesmos termos (“uma década de pilhagem”) que o milionário neoliberal.

Essa animosidade estende-se também aos aliados regionais de Rafael Correa. Yaku Pérez repudia Chávez, Maduro e Evo Morales com a mesma linguagem que a direita usa e até deu a entender há dois anos a sua aprovação ao golpe de Estado na Bolívia [16].

Alguns analistas salientam que Yaku Pérez representa a vertente étnica do indigenismo, que promove reivindicações corporativas em estreita ligação com as ONG. Esta corrente revela sintonia com a ideologia neoliberal, nos seus elogios aos empresários e à diminuição de impostos.

Pelo contrário, a corrente classista exige projetos de esquerda e promove ligações com o sindicalismo. Esta corrente defende que a urbanização teve impacto nas antigas comunidades agrárias, aumentando a incorporação dos povos indígenas no segmento mais empobrecido das cidades.

Esta segunda corrente – contrária a qualquer convergência com a direita – poderia construir pontes com os progressistas do correísmo, que se opõem ao confronto brutal do governo anterior com o indigenismo. Esta união de forças populares é indispensável para derrotar Guillermo Lasso nas urnas e para dissipar qualquer possibilidade de repetição na América Latina do derramamento de sangue étnico-comunitário que aconteceu nos Balcãs, no Médio Oriente ou em África [17].

Neste contexto, várias das figuras principais do autonomismo saúdam o aparecimento de Yaku Perez como uma terceira opção que permitirá superar a política regressiva do correísmo. Desvalorizam as suas convergências com Guillermo Lasso, dizendo que serão corrigidas no futuro[18] e concordam com aqueles que, no Equador, veem o líder do Pachakutik como o arquiteto de um novo rumo, que deixará para trás a falsa antinomia entre dois pares (Andrés Arauz e Guillermo Lasso) [19].

Mas estas posições permitem prever (no melhor dos casos) uma atitude de abstenção que conduziria à vitória conservadora, caso consiga frustrar a eleição de Andrés Arauz. O confronto cego com o correísmo impede de ver esse simples facto. É evidente a equivalência total de Guillermo Lasso com Bolsonaro, Mauricio Macri, Sebastian Piñera ou Iván Duque e, por isso, o apoio objetivo ao projeto reacionário representado por eles se se recusar o voto em Andrés Arauz nas próximas eleições. Não é necessária uma elaboração teórica muito sofisticada para reparar neste corolário.

A luta contra o extrativismo é destacada pelos autonomistas como mais uma razão forte para colocar o correísmo e a direita no mesmo plano. Os autonomistas reivindicam insistentemente a defesa dos recursos hídricos e do ambiente, mas sem mencionar que esta proteção só será eficaz se abrir caminhos para o crescimento, a industrialização e a erradicação do subdesenvolvimento. Caso contrário, recriará a estagnação, a pobreza e a desigualdade.

Se, por exemplo, se defende manter os depósitos mineiros e petrolíferos intocáveis (a fim de preservar o ecossistema), é necessário explicar de onde virão os recursos para tornar viável um processo de expansão produtiva com redistribuição de rendimentos[20].

A Bolívia fornece a principal experiência para avaliar este dilema. É um país muito próximo e semelhante ao Equador, os líderes do MAS introduziram o Estado Plurinacional, o respeito pelas línguas e costumes das comunidades e a orgulhosa reivindicação da tradição indígena. Mas ao mesmo tempo limitaram as propostas etnicistas, articularam um projeto nacional com outros sectores populares e puseram em prática um modelo de crescimento baseado na gestão estatal do negócio do gás e petróleo. Os avanços económico-sociais alcançados pelo governo boliviano teriam sido inviáveis com um projeto puramente anti-extrativo.

## Problemas do dogmatismo

Se no Equador se confirmar uma segunda volta das eleições entre Andrés Arauz e Guillermo Lasso, todas as correntes de esquerda enfrentarão um dilema bem conhecido: apoiar o candidato progressista ou optar pela abstenção, declarando que os dois candidatos são iguais. O sistema eleitoral em duas voltas já impôs esta definição noutros países (por exemplo, no Brasil, com Fernando Haddad versus Bolsonaro) ou obrigou a

considerar esta possibilidade (Alberto Fernández versus Mauricio Macri na Argentina, Evo Morales versus Carlos Mesa na Bolívia).

Várias correntes provenientes da tradição mais ortodoxa do trotskismo costumam opor-se ao apoio a figuras de centro-esquerda contra os conservadores. Denunciam as afinidades entre dois setores pertencentes ao mesmo segmento burguês e criticam a resignação perante o mal menor. Salientam ainda os prejuízos que o apoio ao reformismo gera para a construção de um projeto revolucionário.

Mas, nas últimas décadas, os factos não confirmaram estas previsões. Em nenhum país a decisão de criticar da mesma forma os dois principais concorrentes resultou na criação de forças importantes na esquerda. A experiência tem demonstrado que o progressismo é inconsequente na sua batalha contra a direita mas não é igual ao principal inimigo dos povos latino-americanos. Além disso, a opção pelo mal menor não é invariavelmente negativa. Na militância quotidiana procuram-se sempre resultados (sindicais, sociais ou políticas) que estão longe do ideal socialista.

O voto no progressismo contra a direita contribui simplesmente para travar o regresso conservador ao poder, permitindo limitar os abusos económicos e conter a violência contra os oprimidos. Desta forma são criados cenários mais favoráveis para o avanço da esquerda e são construídas relações de forças mais consentâneas com este objetivo. Esta estratégia é compreensível para a maioria da população que nunca compreende os complicados raciocínios apresentados para justificar a abstenção.

O dilema eleitoral revela os mesmos problemas de intervenção política que surgem quando se trata de definir posições perante governos ambíguos (AMLO, Alberto Fernández) ou alianças da esquerda com o progressismo (o PSOL com o PT). Mas a Venezuela é o país onde estes dilemas deram origem às controvérsias mais acesas.

Aí não é uma simples escolha eleitoral entre partidos pró-governamentais e da oposição que está em jogo, mas a ameaça permanente de um golpe de Estado para estabelecer um regime de terror e rendição. Esse perigo – assinalado por todos os analistas – é de modo geral imperceptível para aqueles que criticam a tendência do chavismo para cooperar com a direita. Destacam estas semelhanças de posições sem explicar por que razão o imperialismo e os seus vassalos continuam a fomentar inúmeros complots. Esta posição apresenta numerosas variantes [21].

As correntes mais extremas apresentam Nicolás Maduro como o principal inimigo e exigem a sua demissão em evidente sintonia com a direita. Repetem o suicídio cometido pela esquerda quando se juntou com o *gorilismo* (alianças com o anti-peronismo na Argentina nos anos 50).

Outras correntes, mais moderadas, evitam este alinhamento, mas optam por criticar o chavismo e a oposição sem tomar partido no conflito. Apelam à abstenção nas eleições e divulgam slogans abstratos. Noutros casos, esta fuga ao conflito real leva-os a promover mediações entre os *esquálidos* e o chavismo, assumindo uma neutralidade implícita em relação aos agressores e às vítimas da agressão imperialista. Estes comportamentos dificultam a influência em processos políticos reais e aumentam a situação de marginalidade.

## Estratégias de radicalização

Os debates à esquerda não fornecem apenas diagnósticos do cenário latino-americano. Procuram elaborar análises destinadas a facilitar a intervenção política, a fim de avançar para o objetivo transformador. Procuram sustentar a construção de uma nova sociedade construindo caminhos para resistir à subjugação imperial, erradicar o capitalismo e lançar as bases do socialismo.

Os militantes da esquerda perseguem esse objetivo, rejeitando as fantasias do capitalismo produtivo, inclusivo e humanista propagadas pelos líderes do progressismo. Criticam igualmente o mito de uma gestão harmonizadora do Estado numa sociedade dilacerada pela desigualdade e exploração. A realização do bem comum requer a superação do capitalismo.

Uma tal reafirmação de princípios é decisiva para forjar o objetivo socialista. Mas também são necessárias táticas, estratégias e projetos adequados ao tempo presente. Durante a maior parte do século XX esse conjunto de ações esteve centrado na revolução, enquanto momento culminante das revoltas populares.

Este ponto culminante poderia resultar de conquistas ascendentes, processos de insurreição ou guerras populares prolongadas. As revoluções triunfantes consumadas em cenários de grande confrontação bélica ou de agressão imperial eram os exemplos. Com base nestes pressupostos, definiam-se orientações inspiradas pelas experiências bem-sucedidas da China, Vietname ou Cuba.

Estes projetos foram abandonados na maior parte do mundo após o colapso da União Soviética. Mas na América Latina essa deserção foi limitada pela permanência da revolução cubana, pela irrupção do ciclo progressista e pelo impacto dos processos radicais na Venezuela e na Bolívia. Este cenário permitiu grandes mudanças sem ruturas revolucionárias, sob sistemas políticos mais complexos do que as ditaduras clássicas dos anos 60 e 70.

Este contexto propiciou o amadurecimento de novas estratégias de radicalização que valorizam as realizações dos governos progressistas, sem aceitar os limites que impõem à ação popular. Estas políticas anticapitalistas não definem antecipadamente o rumo que a batalha por uma nova sociedade irá tomar. Evitam esta predeterminação de temporalidades ou sequências de uma transformação imprevisível. Permitem que a experiência revele quais as conquistas que precederão a realização do objetivo socialista.

Estes avanços surgirão de ações parlamentares e de batalhas de rua, mas não é possível prever que tipo de combinação irá ligar ambos os processos. A melhor forma de integrar ambas as dimensões é através da construção de hegemonias políticas gramscianas e da preparação de ações revolucionárias leninistas.

Este tipo de política tem numerosos protagonistas nas correntes, partidos e movimentos da América Latina. Todos eles salientam a prioridade da resistência anti-imperialista contra as agressões dos EUA, destacando que, para recuperar a soberania e conceber projetos alternativos, é necessário construir um bloco de países de contenção do imperialismo. Essa estrutura permitiria também negociações económicas conjuntas com potências extra-regionais como a China, a fim de melhorar o comércio e inverter a primazia do setor primário na economia.

Na América Latina, a esquerda é construída nas lutas diárias que rejeitam a austeridade e promovem a redistribuição do rendimento. Na conjuntura atual, esta ação implica rever o peso sufocante da dívida externa. Há muitas propostas de perdões e reestruturações, mas a auditoria e a suspensão de pagamentos continuam a ser as opções mais adequadas para implementar esta revisão. Outra questão com igual importância é a de um imposto sobre as grandes fortunas para contrariar o colapso das receitas fiscais com critérios de equidade.

A esquerda precisa de diagnósticos e programas, mas nenhum documento escrito resolverá os enigmas da experiência militante. A vontade de lutar é o principal ingrediente dessa intervenção, em oposição aberta ao ceticismo e à resignação. Os inúmeros exemplos desta característica entre os jovens de hoje auguram tempos promissores para toda a região

- ***Claudio Katz*** é professor de economia na Universidad Buenos Aires. Autor, entre outros livros, de Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo (Expressão Popular).

  *Tradução:* ***Paulo Antunes Ferreira*** *para o Esquerda.net.*

  *Publicado originalmente na revista Viento Sur.*

**Notas**

---

[1]-Furlong, Sebastián. Pandemia y desigualdades en América Latina, 8-6-2020 https://www.nodal.am (link is external)

[2]-Ferrari, Sergio. América Latina contra las cuerdas de la pandemia, 14-10-2020, https://www.cadtm.org (link is external)

[3]- OIT. La pandemia se ensañó con América Latina, 2-10-2020, https://www.pagina12.com.ar/296143 (link is external).

[4]- Ferrari, Sergio, Presión de inversores extranjeros, 2-9-2020, https://www.agenciapacourondo.com.ar (link is external)

[5]-Guerra Cabrera Ángel Democracia neoliberal, 12-9-2020, https://www.jornada.com.mx (link is external)

[6]-Goldstein , Ariel. Cómo los grupos religiosos están copando la política en América, 25-1-2021 https://www.pagina12.com.ar/319383 (link is external)

[7]-Oppenheimer, Andrés ¿América Latina gira a la izquierda? https://www.lanacion.com.ar (link is external)

[8]-Hernández Ayala, José Luis. División en la élite y ruido de sables, 2-6-2020, https://vientosur.info (link is external)

[9]-Oglietti, Guillermo; Serrano Mancilla, Alfredo. ¿Por qué funciona la economía boliviana?, 24-9-2019

[10] Curcio, Pasqualina, El laberinto de la economía venezolana, 28-1-2021 https://www.desdeabajo.info/mundo/item/41577 (link is external)

[11]- Zúñiga, Simón Andrés Moratoria de la deuda y plan de apoyo solidario: primero el pueblo. 20/02/2019 https://rebelion.org (link is external). Las medidas económicas y lo que nos dejó Chávez, 19/01/2014, aporrea.org

[12] Gilbert, Chris Cómo llegó la izquierda venezolana hasta donde está, 27-1-2021 https://rebelion.org/autor (link is external)

[13] -Szalkowicz, Gerardo, Made in Cuba: la vacuna contra el coronavirus, 5-9-2020, https:// www pagina12.

[14]-Arcary, Valerio. ¿A dónde va el PT?, 10-12-2020, https://www.resumenlatinoamericano.org (link is external)

[15]-Arcary, Valerio. Boulos abrió una brecha, 1-12-2020 https://jacobinlat.com (link is external).

[16]-Cárdenas Félix. Ecuador. ¿Yaku? ¿Indígena?, 10-2-2021 https://www.resumenlatinoamericano.org (link is external)

[17]-Figueroa José Antonio. Ecuador: Etnicismo neoliberal. Un panorama de urgencia tras la primera vuelta de las elecciones ecuatorianas, 13-2-2021 https://www.sinpermiso.info/textos/ (link is external).

[18]-Svampa Maristella. Yaku Pérez y otra izquierda posible, 8-2-2021, https://www.eldiarioar.com/opinion (link is external)

[19]-Saltos, Napoleón; Cuvi, Juan, Acosta, Alberto. Desde el Ecuador para los pueblos -Aquí el pronunciamiento, 10-2-2021 https://clajadep.lahaine.org/index.php (link is external)

[20]-Itzamná, Ollantay Ante una falsa disyuntiva de progresismo o agenda indígena, 11-2-2021, https://www.resumenlatinoamericano.org/ (link is external)

[21]-Katz, Claudio. La izquierda frente a Venezuela, 12/6/2017, www.lahaine.org/katz (link is external)



Gabriela Pinilla, Entrega de armas
Óleo sobre cobre, 28 X 50 centímetros, 2015, Bogotá, Colombia

Compartilhe nas redes: